

Conversão formal deve atingir US\$ 1,02 bilhão no semestre

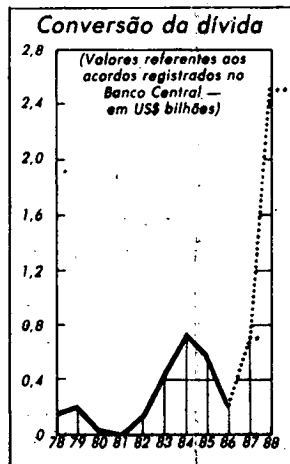
por Yves Léon Winandy
de Belo Horizonte

O programa de conversão da dívida externa brasileira em capital de risco, a ser investido no País, deverá encerrar este primeiro semestre do ano totalizando compromettimentos no valor de cerca de US\$ 1,02 bilhão, apenas se considerarmos os valores vinculados à chamada conversão "formal" — ou seja, aquela que é registrada junto ao Banco Central (BC) do Brasil. Este resultado já é 46,4% superior ao volume contabilizado em todo o ano passado (US\$ 700 milhões).

Para todo o atual exercício, a previsão é de que essa conversão "formal" totalize algo em torno de US\$ 2,5 bilhões (257% a mais que em 1987), com a chamada conversão "informal" (sem necessidade de registro no BC) acumulando outros US\$ 800 milhões a US\$ 1 bilhão. A avaliação, feita em caráter não-oficial, é de Antônio Carlos Monteiro, assessor do departamento de fiscalização e registro de capitais estrangeiros (Firce), do BC, e foi feita ontem, em Belo Horizonte.

Monteiro esteve na capital mineira representando o BC no seminário sobre o processo de conversão da dívida externa, promovido pela Fundação Dom Cabral/Cedex e pela Bolsa de Valores de Minas-Espírito Santo e Brasília (Bovmesb). Em sua palestra, fundamentalmente didática, procurou esclarecer os cerca de cem empresários presentes acerca dos mecanismos que balizam esse programa de captação de recursos para investimento.

"A possibilidade de se converter parte da dívida



externa em capital não é assunto novo, no Brasil. No arcabouço jurídico, ela existe desde 1965, mas só se intensificou a partir do final de 1982, com a existência do mercado secundário da dívida (e dos deságios). (...) Pela demanda atualmente registrada", disse, "esse processo caminha a passos largos para sua fixação no contexto nacional".

Efetivamente, em 1978, por exemplo, os acordos de conversão de dívida registrados no BC (conversão "formal") somaram US\$ 160 milhões, nível elevado para os US\$ 454 milhões em 1983, e para os US\$ 700 milhões, no ano passado. Antes, portanto, da criação dos leilões da dívida externa e da divulgação da Resolução nº 1.460, de fevereiro de 1988, que regulamentou o processo de conversão no País.

"Esse programa pode ser considerado um sucesso", afirmou, por sua vez, Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do BC e outro dos palestrantes do seminário. Segundo ele, a conversão da dívida externa

deve também ser vista como um instrumento que facilita a redução do déficit público e da participação do Estado na economia.

Isto porque, explicou, com a conversão o governo tem, agora, um novo instrumento que lhe permite enfrentar o corte dos gastos públicos com a ativação dos investimentos privados.

Langoni estimou em cerca de US\$ 800 milhões o total de acordos de conversão de dívida sem registro no BC (conversão "informal"), nos últimos doze meses. "Foram cerca de US\$ 320 milhões do segundo semestre de 1987 para cá", disse Monteiro, esclarecendo ser este total apenas parcial, por representar aquela parcela da conversão "informal" de conhecimento oficial do BC.

O presidente da Bovmesb, Antônio Carlos Viana Lage, demonstrou preocupação com relação aos dados do último leilão da dívida, realizado no final de maio (foi o terceiro da série, iniciada em março). "Ele foi surpreendente. A demanda pela conversão caiu de forma inesperada. Não conseguindo sustentar a oferta, e as taxas de deságio situaram-se em níveis muito baixos", comentou, em sua palestra.

No leilão de maio, especificamente, o deságio referente às áreas livres foi de 22%, e o referente às áreas incentivadas caiu para 0,5%. Em março (o primeiro leilão), essas taxas foram de, respectivamente, 27 e 10,5% e, em abril, de 32 e 15%.

"Achamos que esse processo de variação (dos deságios) é um processo natural. Para conhecer a tendência, temos de deixar que outros leilões aconte-

çam", informou Monteiro. O quarto leilão da dívida externa está marcado para o próximo dia 28 de junho, em São Paulo. Ainda não há data nem local definido para os demais, que deverão continuar sendo mensais, esclareceu.

Minas Gerais é um dos estados que disputam a escolha para sediar um dos próximos leilões, mas não há, ainda, nada acertado a respeito, afirmou o representante do BC.

Para Viana Lage, depois da realização dos três primeiros leilões "já se pode dizer, com segurança, que o sistema funciona, embora o resultado do terceiro leilão indique a necessidade de se modificar o critério de divisão entre área livre e área incentivada".

Esta última performance do programa, e o "fraco desempenho" da captação dos fundos de conversão indicam, na sua opinião, a necessidade de uma nova avaliação do sistema com, inclusive, "uma análise mais profunda" sobre a conversão "informal".